

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de fazer, em nome da Presidência, o registro da presença de vários representantes do Instituto Federal de Santa Catarina, que vieram tratar de questões referentes ao projeto do curso de Engenharia Eletrônica.

Sejam bem-vindos ao nosso convívio!

Gostaríamos de destacar também a presença do vereador de Itajaí, Giovani Felix, do Partido dos Trabalhadores, que está acompanhado de seu assessor Valdir Rocha e de outras lideranças.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos os que assistem à nossa sessão ordinária, especialmente o vereador Giovani Felix, de Itajaí.

Ocupo, nesta tarde, esta tribuna para falar um pouco sobre o momento histórico que vive a juventude brasileira, especialmente a juventude catarinense, e relatar a audiência pública que tivemos neste plenário, pela manhã, na qual discutimos diversos temas.

O Brasil vive um momento histórico, quando ainda temos um número muito grande de jovens neste país, uma vez que a tendência atual é a redução da natalidade e, conseqüentemente, o envelhecimento da população. Por isso, os governos precisam preocupar-se muito no sentido de atender a essa juventude, nas mais diversas dimensões, ou seja, educação, saúde e segurança pública. É uma das questões que ronda as famílias brasileiras e a juventude é o consumo de drogas e o aumento da prostituição infantil e juvenil.

Poucos meses atrás tivemos uma histórica mobilização da juventude nacional, que foi para as ruas do país manifestar-se sobre diversos temas, desde a reforma política até um conjunto de reformas estruturais, englobando aí a questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana.

Mais recentemente, a presidenta Dilma lançou o Estatuto da Juventude, que pretende ser um marco histórico na vida dos jovens brasileiros, pois engloba um conjunto de direitos, de diretrizes, de políticas públicas, tais como: transporte, mobilidade, saúde, lazer, cultura etc.

Assim, entendemos importante fazer um debate do assunto também nesta Casa, e hoje pela manhã tivemos uma grande audiência pública, que contou com representações de todas as regiões de Santa Catarina, de todas as entidades da juventude, para discutir o papel, a participação e a elaboração de políticas públicas para esse segmento, que representem tantos os seus sonhos, como alguns desafios para os próximos anos.

Foi um momento extraordinário, um riquíssimo debate, deputados Neodi Saretta e Luciane

Carminatti, capitaneado pela comissão de Direitos Humanos.

Ao final, depois dos debates que foram enriquecidos com contribuições de entidades como a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, a UCE, a Fetraf/Sul e a CUT, apuramos novos elementos, novas propostas, que deverão fazer parte do Estatuto da Juventude de Santa Catarina.

Além disso, depois de décadas de discussão, também está em debate nesta Casa a construção do Conselho Estadual da Juventude. Felizmente, depois de muita mobilização e pressão, o governo do estado encaminhou o projeto que cria o Conselho Estadual da Juventude.

Foi criado um grupo de trabalho representativo, que se reunirá para discutir a proposta estadual do Estatuto da Juventude, projeto que já tramita nesta Casa. Vou pedir, inclusive, vistas desse projeto para contribuir na elaboração do estatuto, além de promover outros debates sobre a reforma política e a redução da maioria penal.

Os jovens estão preocupados, sr. presidente, com essa questão da diminuição da maioria penal, porque as prisões brasileiras são verdadeiras faculdades do crime e não um espaço de recuperação dos apenados. A solução, em nosso entendimento, não é, de forma alguma, amontoar jovens nos presídios, mas construir políticas educativas, investir mais na educação, qualificar profissionalmente os jovens, para que possam ter trabalho, cultura, lazer e dignidade.

Foi um grande evento, do qual tiramos inúmeros encaminhamentos. Por isso faremos um documento das propostas dos jovens e traremos a esta tribuna. Nesse sentido, teremos a elaboração de um conjunto de políticas públicas a partir desse diagnóstico, dessas informações.

Quero destacar também a importante participação da secretária nacional da Juventude, a catarinense Severine Carmen Macedo, de Anita Garibaldi.

No mais, quero agradecer esta oportunidade e reafirmar o grande compromisso com a organização

da juventude, com o seu fortalecimento, com a sua luta por melhoria das políticas públicas, pois estamos desde o final dos anos 70 atuando nos movimentos de juventude do estado e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria apenas de agradecer, sr. presidente, a presença e cumprimentar o Grupo Esperança, de Blumenau, que veio visitar esta Casa.

Boas-vindas à dona Elona e a toda a equipe, bem como à dona Norma Dickmann, que trouxe todo o grupo.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero registrar a presença do prefeito Egon Gabriel Júnior, juntamente com o vice e lideranças da cidade de Dona Emma.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência, conforme entendimento anterior, suspenderá a presente sessão pelo tempo dez minutos para ouvirmos o sr. Estanislau Bresolin, presidente Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Quero registrar a presença da Banda Municipal Unidos de Imaruí e dos acadêmicos do curso de Gestão Pública da Uniasselvi, de Rio do Sul.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, líder da bancada, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, novamente gostaria de agradecer ao Plenário, que abriu uma excepcionalidade para receber o setor de turismo na Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, hoje quero dialogar indiretamente sobre turismo, pois se trata de uma questão correlata, o saneamento em Santa Catarina, que só é melhor do que o do estado do Piauí. A nossa cobertura não corresponde às necessidades de um estado que ostenta índices de qualidade de vida extraordinários em relação ao resto do país.

Muito recentemente o estado tem vivido um processo de municipalização e privatização dos serviços de água e saneamento, que lá no começo dizíamos que tinha muitas chances de dar errado, porque na área de saneamento, em particular, há uma relação de solidariedade entre os municípios. Como exemplo pego a querida capital dos catarinenses, Florianópolis, à qual, generosamente, Santo Amaro da Imperatriz dá água e Biguaçu recebe o lixo. Portanto, não somos autossuficientes nem no abastecimento d'água nem na destinação de lixo.

Os municípios precisam ter relação de solidariedade no trato da questão do saneamento e da água, até porque o saneamento não conhece as barreiras dos municípios. O município de Biguaçu não tem um único metro de saneamento e atinge diretamente a balneabilidade, esse importante vetor econômico que é para nós o turismo, em Florianópolis, pois as cidades se comunicam nesse campo.

O processo de municipalização e de privatização em Santa Catarina, srs. parlamentares, viu de tudo, assim confirmado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina: municípios tinham editais de privatização e municipalização absolutamente idênticos. Estou falando de

municípios diferentes, cujos editais eram absolutamente idênticos, inclusive nos erros de português. Ou nós estamos falando de uma situação de excepcional comunicação da genialidade humana, ou nós estamos falando de alguém que de propósito, de forma organizada, tem-se aproveitado desse momento que o estado vive para a fraude, fraude essa que o TCE já constatou e que o Gaeco, recentemente e de forma ruidosa, em Palhoça, constatou que virou caso de polícia.

Mas não é só nessa perspectiva, e vou falar novamente de Palhoça e de Capivari de Baixo, no sul do estado, onde os prefeitos dizem abertamente que o dinheiro que arrecadam com saneamento está sendo destinado ao caixa geral do município para pagar a folha. Portanto, não é feito saneamento nem em Palhoça, nem em Capivari de Baixo, embora o povo pague, e pague caro, saneamento nos dois municípios.

Foi por isso que criamos uma CPI, com o representativo número de 19 assinaturas de parlamentares desta Casa, quando só precisávamos de 14, o que demonstra que há algo estranho ocorrendo na municipalização e privatização dos serviços de água e saneamento em Santa Catarina. E ninguém além da Assembleia Legislativa pode investigar isso, porque as Câmaras Municipais apenas vão poder dar conta da sua questão.

A Assembleia Legislativa precisa pronunciar-se sobre esse assunto. E é por isso que estamos subindo à tribuna repetidas vezes. Há um mês vimos peleando - e como dizem os gaúchos, não tá morto quem peleia - na tentativa de instalar essa CPI que 19 parlamentares disseram que queriam. E não é uma filigrana jurídica ou, mais que isso, um problema de português que vai tirar-nos a CPI das mãos.

A decisão da comissão de Constituição e Justiça de limitar a CPI apenas à Palhoça traz-nos a responsabilidade de dizer o que vamos fazer com todos os outros municípios que o Tribunal de Contas e o Ministério Público já disseram que têm problemas. Quem vai poder investigar, se o Ministério Público já nos pediu e se o Tribunal de

Contas, que é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, diz que tem.

Portanto, reafirmo o pedido a esta Casa que possamos de fato investigar plenamente esse tema através da nossa CPI.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os nossos visitantes, os prefeitos, os vereadores, os deputados e deputadas, além dos catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas a quem sempre tem acompanhado as nossas sessões, pois inúmeras vezes eu coloquei desta tribuna, deputado Valmir Comin, que Santa Catarina tinha uma fila no SUS de 250km. Naturalmente que é uma fila virtual, mas é pior do que a real!

Mas acredito que estava enganado, porque só as filas na regional de Joinville, conforme o jornal *A Notícia*, e todos sabem da sua credibilidade, têm 112 mil pessoas. É lógico que compreende as cidades do entorno, como, por exemplo, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra e Itaiópolis. Apenas na especialidade de oftalmologia, a fila tem 22.500 pessoas aguardando. E apesar desse procedimento ter como pagamento um valor muito pequeno por cada cirurgia, ainda assim há valores que não foram pagos e outros que sequer foram liberados.

Assim, srs. parlamentares, os médicos acabam ficando impedidos de fazer as cirurgias, porque na hora em que realizam os procedimentos, eles têm um custo previsto, um custo real, que quando não autorizado, deixa o hospital sem ter os valores registrados, ficando, conseqüentemente, sem o valor devido.

Já na área de ortopedia, há naquela regional uma fila de 16 mil pacientes, enquanto em neurologia, há nove mil pessoas aguardando. Isso porque os hospitais de Joinville são referência regional. Se considerarmos que Chapecó, Lages, Criciúma e Florianópolis são considerados municípios referência, imaginem o número de pessoas que estão na fila.

Mas eu não vim à tribuna apenas para dizer isso, até porque estaria sendo repetitivo e mudando números. O importante é o seguinte: diante disso tudo o que se está fazendo e o que vamos fazer?

Eu sempre relatei que o problema da saúde é a gestão do SUS, que ultrapassa a autoridade do secretário da Saúde, que ultrapassa a autoridade do governador do estado. Por quê? Porque a estrutura central do ministério da Saúde tem uma visão equivocada da gestão do SUS e precisa mudar. De tanto colocarmos isso desta tribuna, estamos vendo agora um grande farol, não é nem uma luz, que irá resolver essa questão, ou seja, o governo do estado vai intervir fortemente na gestão e com recursos para modificar esses números.

Quando o governo do estado pagava os médicos com vencimento mensal e eles ganhavam também um pró-labore por cada procedimento efetuado, havia 40% de procedimentos a mais do que atualmente. Ou seja, o médico ganhando apenas um valor fixo por mês acabou perdendo o estímulo.

Diante dessa constatação, o governo estadual editou três grandes medidas provisórias que, a meu ver, ajudarão a mudar bastante essa triste realidade atual.

A Medida Provisória n. 192/2013 institui o Programa de Estímulo à Produtividade e Atividade médica; o Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos, e o Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Nos últimos três anos de governo foi feito um grande estudo, no qual foram envolvidos entidades públicas e particulares, sindicatos, gestores e

hospitais, tendo-se identificado os seguintes desafios:

1. O modelo de gestão é inadequado;
2. Os recursos são distribuídos nem sempre de forma eficiente;
3. Há falta de instrumentos formais que possibilitem uma gestão profissional dos hospitais; e
4. O sistema de remuneração tem reduzidos incentivos ao aumento sustentável da produção.

Segundo essa MP, será investida, ainda este ano, a soma de R\$ 25 milhões; em 2014, R\$ 83,9 milhões, e em 2015, R\$ 93,1 milhões.

Se aumentarmos o atendimento em 50% vamos levar aproximadamente um ano e meio para consumir essa grande fila de espera.

Sr. presidente, a Medida Provisória n. 191/2013 dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios para consultas e exames de média complexidade.

A Medida Provisória n. 190/2013 dispõe sobre a criação e o incentivo financeiro de centrais de regulação, justamente para fazer esses encaminhamentos com mais eficiência. Para este ano estão previstos R\$ 7,2 milhões; para o ano que vem, 2014, R\$ 21,6 milhões; e para 2015, também R\$ 21,6 milhões.

Então, sr. presidente, para nossa satisfação, percebemos que grande parte daquilo que vimos reivindicando está sendo atendido pelo governador Raimundo Colombo, que editou essas três medidas provisórias para injetar recursos que farão as coisas acontecerem na área da saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, prezados pares desta Casa, público

aqui presente, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc.

Primeiramente, sr. presidente, quero fazer uma consideração elogiosa ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e, principalmente, à secretária de estado da Saúde, que nos autorizou, na semana passada, comunicar, lá no município de Palmitos, acerca da assinatura de um convênio da ordem de R\$ 719 mil para que o Hospital Regional de Palmitos possa concluir as obras de construção, parte final de toda a infraestrutura, a fim de prestar atendimento não só aos munícipes de Palmitos, mas de toda a região. Com esse aporte de recursos do estado, o hospital poderá concluir a obra e implementar alguma especialidade que atraia pacientes de outros municípios daquela região. Hoje, embora já tenha a denominação de hospital regional, carece dessa infraestrutura.

O estado catarinense já foi parceiro daquele hospital, até 2011 repassou mais de R\$ 1 milhão para a adequação da obra e agora está fazendo a terceira parte, ou seja, a parte final da obra, repassando R\$ 719 mil para concluí-la em definitivo.

Estamos na Assembleia Legislativa desde 2011 trabalhando fortemente no objetivo de encontrar alternativas para que os hospitais do interior do estado, principalmente os localizados nos pequenos municípios, possam continuar mantendo as suas atividades, propiciando um atendimento de excelência às pessoas que moram mais distante dos grandes centros de atendimento.

Então, o nosso objetivo é trabalhar nessa parceria e tentar encontrar, de uma forma microrregionalizada, algumas alternativas que otimizem a ocupação desses hospitais. E nessa direção tramita na Casa, mais especificamente agora está na comissão de Constituição e de Justiça, a medida provisória que cria as centrais de regulação e possibilita a destinação de auxílio financeiro para os municípios realizarem algumas consultas especializadas.

As centrais de regulação terão influência direta na vida dos hospitais dos pequenos municípios, uma vez que estão concentrados no entorno dos polos regionais, que poderão utilizar leitos que hoje estão praticamente ociosos e abrigar alguns pacientes cirúrgicos.

Mas quero destacar, na tarde de hoje, uma de tantas reuniões que já realizamos com a Udesc e que desta feita aconteceu no gabinete da Presidência desta Casa. Estavam presentes eu, o deputado Marcos Vieira, a deputada Luciane Carminatti e também o presidente Joares Ponticelli, que ansiosos esperávamos da Udesc uma solução para o *campus* de Palmitos.

Já é do conhecimento de todos os catarinenses que a Udesc está num processo de descentralização do ensino universitário e acabou levando para o interior do estado catarinense vários cursos. No extremo oeste de Santa Catarina tivemos a instalação da Udesc nos municípios de Palmitos e de Pinhalzinho.

Pois bem. Em Pinhalzinho estamos com dificuldades de ordem estrutural e na semana retrasada, se não me falha a memória, o teto de uma das salas de aula desabou. Esses problemas já vinham sendo relatados à Udesc há muito mais tempo, que não tomou providência alguma. A sorte é que o teto não desabou na cabeça de algum aluno ou professor que estivesse na sala de aula.

Em Palmitos havia sido implantado o curso de Enfermagem, mas em virtude de um encaminhamento feito por alunos e pelo próprio conselho da Udesc, o referido curso foi retirado de Palmitos e levado a Chapecó. A nossa esperança, na reunião, era que o reitor trouxesse uma alternativa que restabelecesse do curso de Enfermagem em Palmitos ou até um curso dentro daqueles que foram levantados pela pesquisa realizada pela Associação Empresarial de Palmitos e pela secretaria de estado do Desenvolvimento Regional: Engenharia Civil ou Direito.

Infelizmente, não foi essa a notícia trazida pelo reitor e por isso estamos bastante preocupados. Acho que o nosso próximo passo é

envolver o governador e o vice-governador nesse projeto, porque não podemos mais ficar aguardando a boa vontade da Udesc, que alega dificuldades financeiras e que sem um aporte de recursos de outras fontes não poderá fazer os investimentos necessários em Palmitos.

Entretanto, discordamos completamente dessa afirmação, porque entendemos que o orçamento já contempla esse curso, basta já com que o curso retorne para o município de Palmitos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço, com muita satisfação, o nobre colega que participou da reunião de ontem, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Mauro de Nadal, v.exa. tem razão quando diz que foram inúmeras as reuniões realizadas por iniciativa do Poder Legislativo catarinense, tendo à frente, é verdade, o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, e contando com a participação de v.exa., da deputada Luciane Carminatti e de outros deputados.

Havia um acordo segundo o qual no dia 10 de setembro a Udesc definiria que curso, afinal de contas, instalaria na cidade de Palmitos. Portanto, qual foi a nossa surpresa quando o reitor nos disse, na audiência pública, que se fosse para implantar um curso de Direito e de Ciências Contábeis na cidade de Palmitos, teria que ter uma disponibilidade financeira da ordem de R\$ 8,2 milhões/mês. Se fosse um curso de Engenharia, a disponibilidade teria que ser de R\$ 6,6 milhões, e de Direito, R\$ 4,2 milhões.

Não era isso que esperávamos. A nossa esperança era o simples anúncio sobre qual curso de ponta iria ser instalado na cidade de Palmitos. Mas fruto de uma sugestão dada a ele pelos deputados, inclusive v.exa., reiteramos que ele teria prazo para resolver.

Infelizmente, ontem o reitor manteve a posição e quis passar a bola para esta Casa, a fim de que a Assembleia procurasse o governador e lhe pedisse um aumento do seu percentual orçamentário.

Esqueceu-se a reitoria que nos últimos cinco anos o orçamento financeiro da Udesc passou de R\$ 140 milhões para R\$ 280 milhões. Apesar disso, nas regiões que mais precisam, nas regiões com menor IDH, a Udesc não se faz presente ou não tem os cursos de ponta para propiciar desenvolvimento.

Quero dizer, sobretudo, que a criação da Udesc foi fruto da administração de um grande catarinense visionário, que foi governador no início da década de 60, Celso Ramos. Ele criou a Udesc, a Celesc e deu ao oeste de Santa Catarina a condição de ter sua própria estrutura administrativa para impulsionar seu desenvolvimento, que foi a poderosa secretaria do Oeste, que hoje não existe mais.

Ora, a Udesc foi instalada mais no litoral do estado, nas cidades com mais qualidade de vida. E, infelizmente, no meio-oeste, onde ocorreu o maior conflito social da história do país, a Guerra do Contestado, e no extremo oeste a presença da Udesc inexistente ou é muito pequena.

Mas é oportuno o seu pronunciamento. Queremos crer que ainda há condição de uma reflexão para que a reitoria da Udesc possa, no dia de hoje, tomar a decisão de qual curso instalar em Palmitos, fruto da reunião do Conselho Universitário.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Agradeço, deputado.

Devo levar esse assunto ao conhecimento do governador nesta tarde, pois nos deslocaremos ao oeste, onde haverá vários atos do governo.

Em tempo ainda, quero destacar a minha indignação com fatos que presenciei no extremo oeste catarinense, na recuperação da BR-163. Esperamos tanto para que aquela obra saísse do papel e graças ao bom empenho e à cobrança de inúmeros parlamentares, dentre eles cito o deputado Padre Pedro Baldissera, hoje a obra está acontecendo. Mas causou-me indignação o fato de que ao lado da pista uma cratera se abriu em virtude da chuva, mas apesar de haver uma empresa fazendo a recuperação da rodovia, ninguém tem

responsabilidade de tapar o buraco. Falta sensibilidade, o que custa para a empresa simplesmente pegar terra do barranco e fazer o complemento do buraco ou colocar um pó de brita? O que custa isso para a empresa, sabendo que a 10m dali uma pessoa trocava o pneu do carro por causa do buraco e que no final do dia capotou um carro no local?

Com esse requerimento queremos saber se a empresa é responsável por isso ou o DNIT, porque assim não dá para continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cidadãos que nos acompanham pela TVAL, hoje quero falar sobre dois assuntos.

Parafraseando o ex-presidente Lula, nunca antes na história de Joinville tivemos um governador que investisse tanto no Hospital Municipal São José como o governador Raimundo Colombo. O governador tem sido mais que um pai para o Hospital São José, que é um hospital municipal e que atende todos os municípios da região já que é referência em traumatologia.

Neste momento o governador está lá em Joinville repassando mais R\$ 14 milhões para o Hospital Municipal São José, recursos que serão investidos no Complexo Emergencial Ulysses Guimarães, que começou com o prefeito Luiz Henrique, passou pelo prefeito Marco Tebaldi, pelo prefeito Carlito Merss e ainda se arrasta.

Digo isso agradecendo ao governador Raimundo Colombo e agora exigindo do prefeito Udo Döhler que comece a colocar o dinheiro do município também, porque, afinal de contas, aquele hospital é municipal e Joinville está em gestão plena em termos do Fundo Nacional da Saúde. O prefeito diz

que a primeira ação que ele fez foi colocar o sistema de climatização, o ar-condicionado. Mas o ar-condicionado que o prefeito diz que foi colocado por ele, está sendo pago com verba do estado! Então, ele que diga a verdade. Ele que vá à imprensa e agradeça ao governador Raimundo Colombo por pagar o sistema de ar-condicionado do Hospital Municipal São José. Não pode governo estadual pagar e o prefeito dizer que foi ele que pagou.

Além disso, o prefeito Udo Döhler não pode mais reclamar da falta de recursos, porque o governo do estado nunca investiu tanto dinheiro no hospital. E torno a dizer que aquele hospital é municipal, é responsabilidade da prefeitura. Nós temos o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, que é estadual, e por isso não pode o governo do estado ficar sustentando esses dois hospitais da nossa cidade, sendo que um deles é responsabilidade do prefeito.

Por favor, prefeito Udo Döhler, diga que foi o estado que pagou o ar-condicionado, que é o estado que está dando R\$ 14 milhões e que é o estado que colocou mais seis obstetras e outros profissionais na Maternidade Darci Vargas, maternidade em que eu nasci, maternidade pública de Joinville, mas que atende a toda a região.

Quero agradecer mais uma vez ao governador Raimundo Colombo, que tem sido mais que um pai para o Hospital São José, de Joinville, e que neste momento, além de fazer o anúncio das obras de fiação subterrânea, leva as autorizações de contratação desses profissionais para a Maternidade Darci Vargas e também para o Hospital Municipal São José.

Quero também agradecer à secretária Tânia Eberhardt que, diferentemente do ex-secretário Dalmo Claro de Oliveira, tem feito de tudo para que as coisas possam funcionar em Joinville e que também tem comunicado aos deputados quando as ações serão implementadas.

Deputado Romildo Titon, a comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o fim do voto secreto. Eu adoro isso, porque esse negócio

de votar secretamente não dá certo. Não estou aqui me representando, estou aqui representando aqueles que me elegeram, por isso todos devem saber como eu voto aqui, até mesmo na apreciação dos vetos.

Esses dias um jornalista, deputada Angela Albino, perguntou-me se eu era a favor do voto secreto na votação dos vetos. Eu respondi que há muito tempo não voto secretamente em nada. Eu, juntamente com o deputado Padre Pedro Baldissera, tenho um compromisso: votar sempre contra os vetos. Então, se houver apenas um voto contra o veto, podem crer que é o meu. Por quê? Por uma questão de conceito, pois entendo que quem legisla é o Poder Legislativo e o Executivo executa. E o que estamos vendo? Tudo que criamos aqui dizem que tem vício de origem e vetam. O Executivo, seja lá de que partido for, a todo instante está legislando e nós estamos fazendo o quê?

Então, por esse conceito entendo que nós, deputados, temos a responsabilidade de legislar, de criar leis e não o Executivo. Mas o problema é que todos os Executivos têm suas Procuradorias-Gerais que querem legislar. Daqui a pouco, deputado Sargento Amauri Soares, seremos apenas um balcão de homologação do Executivo. Por isso, por princípio, voto contra qualquer veto, porque a decisão sobre as leis é nossa.

Deputado Romildo Titon gostaria da sua colaboração. O que está acontecendo aqui com relação à transparência? Vamos supor que o deputado Romildo Titon apresente um projeto de lei. Ao entrarmos no site da transparência vemos o seu projeto de lei, o autor e toda a tramitação. O problema é que não estão sendo anexados à origem do projeto os pareceres das comissões.

Então, o que peço, deputado Romildo Titon? Peço que a Casa providencie que todos os pareceres das comissões e também quando um veto é oposto a projeto de origem parlamentar que ele seja anexado ao Portal da Transparência.

O que acontece atualmente? Eu sei, por exemplo, que um projeto está na comissão de Constituição e Justiça e que lá foi aprovado e assim sucessivamente, nas demais comissões

técnicas. Quando o projeto é rejeitado em qualquer comissão, não aparece no *site* por que. O cidadão comum não consegue saber por que determinada matéria foi rejeitada.

No caso dos vetos, não há como saber, pelo *site*, qual é o veto. O cidadão tem que entrar no *site* pelo número do veto do governador para saber qual é o projeto, ou seja, é muito complicado e dificulta a transparência!

Sr. presidente e srs. deputados, dias desses um projeto de minha autoria foi vetado e um cidadão queria saber por quê. Assim, é preciso que no Portal da Transparência conste a raiz principal, o número do projeto de lei do deputado e a partir dali todos os pareceres das comissões, os vetos etc. Entendo que essa é mais uma forma de facilitar ao cidadão acompanhar a tramitação e o destino final dos projetos parlamentares apresentados nesta Casa.

Mais uma vez o nosso muito obrigado ao governador Raimundo Colombo por ser tão parceiro de Joinville.

Prefeito Udo Döhler, é muito feio não declarar o nome de quem está pagando as contas e fazer cortesia com o chapéu alheio! Meu pai dizia que é falta de respeito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de registrar a visita da turma de Gestão Pública da cidade de Rio do Sul, da Universidade da Uniasselvi. Entre os alunos podemos citar o vereador Diego Ramires Pereira, de Vitor Meireles, o vereador Jean Carlos Rizzieri, de Dona Emma, o vereador Luiz Carlos de Oliveira, o Lucas, de Witmarsum, e o prefeito de Dona Emma, Egon Gabriel Júnior.

Quero dar as boas-vindas, em nome da Assembleia Legislativa, a todos os acadêmicos de

Gestão Pública, que estão, na verdade, aperfeiçoando os seus conhecimentos, uma vez que a maioria já trabalha com o poder público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o prefeito do município de Dona Emma, Egon Gabriel Júnior, que está visitando-nos juntamente com seus colegas do curso de Gestão Pública.

Aproveito para convidá-los a participar de uma audiência pública no município de Rio do Sul, que vai tratar, a pedido da vereadora Zeli, do Centro de Referência em Atendimento à Mulher.

Quero cumprimentar o sr. presidente, as deputadas e os deputados e todos os que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, quero enaltecer o brilhante trabalho que o Instituto Federal, nos seus 104 anos de existência, tem feito em termos de ensino profissionalizante de qualidade.

Se essas instituições não são a salvação da pátria, pelo menos são uma grande porta que se abre para levar conhecimento, informação e tecnologia aos nossos jovens que, caso não consigam chegar à universidade, já terão uma profissão e capacidade de intervir, de produzir novas tecnologias e novas respostas à sociedade.

O segundo ponto que quero abordar com mais tempo refere-se a um pedido da ministra Maria do Rosário, que esteve conosco no dia 6 de setembro, em Chapecó, quando falou longamente sobre o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite, lançado em 2011, mas que no estado de Santa Catarina tem tido pouca adesão dos municípios.

A ministra nos pediu que intervíssemos junto aos prefeitos, no sentido de assinarem o termo de adesão, porque à medida que os prefeitos aderem ao

plano, eles recebem recursos para investir em seus municípios.

Qual é a intenção do Plano Viver sem Limites? Ele tem o objetivo de incrementar iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. O plano tem ações articuladas em 15 ministérios e também conta com a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além de muitas contribuições da sociedade civil. Também envolve os entes federados, municípios, estados e união, e prevê um investimento, até o final deste ano, da ordem de R\$ 7,6 bilhões.

Segundo o censo de 2010, do IBGE, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Isso representa 23,91% da população brasileira. Então, não estamos falando de poucas pessoas, mas de um número inexpressivo, estamos falando de quase um quarto da população brasileira que apresenta algum tipo de deficiência.

O que o Plano Viver Sem Limites tem a ofertar para os municípios?

(Passa a ler.)

"Na área da educação, o plano aplicará em torno de R\$ 1,9 bilhão, e prevê a ampliação do acesso dos alunos com deficiência à escola regular, saltando de 229 mil alunos para 378 mil alunos. Nesses recursos o está incluída a adequação das escolas públicas e das instituições federais de ensino superior às condições de acessibilidade. Sabemos que a escola que não tem acessibilidade dificulta o acesso dos alunos.

O plano prevê ainda: implantação de novas salas de aula com recursos multifuncionais; atualização das salas já existentes; oferta de até 150 mil vagas para pessoas com deficiência nos cursos federais de formação profissional e tecnológica.

Na área da saúde temos uma previsão de R\$ 1,5 bilhão a serem investidos na triagem neonatal, com inclusão de dois novos exames no teste do pezinho, além da implantação completa do exame em todos os estados até 2014. Prevê também a implantação de 45 centros de referência em reabilitação, garantindo

atendimento das quatro modalidades - intelectual, física, visual e auditiva. No caso de Santa Catarina, os municípios de Chapecó e Joaçaba já foram contemplados com esses centros, que proporcionam um atendimento especializado, para que depois as pessoas possam ingressar no mundo de trabalho.

Haverá atendimento odontológico, com o aumento de 20% no financiamento do SUS para 420 centros de especialidade odontológica; formação de 660 novos profissionais da saúde em órteses e próteses até 2014, e aumento de 20% no fornecimento de próteses e meios auxiliares de locomoção.

Outro eixo do Plano Viver sem Limites é a inclusão social que busca investir R\$ 72 milhões e garantir ao trabalhador que perde o emprego voltar a receber o benefício de prestação continuada. Prevê ainda a busca ativa e o encaminhamento ao mercado de trabalho para 50 mil beneficiários.

Por último, prevê a acessibilidade, que conta com R\$ 4,2 bilhões, a construção de 1,2 milhão de moradias adaptáveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida 2.

As obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014 e do PAC 2 também serão adaptadas às pessoas com deficiência. Outras medidas preveem a implantação de cinco centros tecnológicos de formação de instrutores e treinadores de cães-guias, com microcrédito pelo Banco do Brasil para aquisição de produtos de tecnologias assistivas.

Essas ações reafirmam o compromisso do governo federal de assegurar a todos os brasileiros, sem qualquer discriminação, o direito ao desenvolvimento e à autonomia.

A base dessa responsabilidade está na Constituição Federal de 1988. O Plano Viver sem Limites tem atenção especial com as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, que é um grande desafio para todos."

Então, quero fazer um pedido aos prefeitos de Santa Catarina que se mobilizem para aderir ao Plano Viver sem Limites, porque com isso a nossa sociedade se tornará cada vez mais democrática.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar os acadêmicos da Uniasselvi, de Rio do Sul, do curso de Gestão Pública. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Sr. presidente, tivemos a oportunidade, na manhã desta quarta-feira, na comissão de Finanças e Tributação, de analisar no mérito os últimos R\$ 2 bilhões que o governo do estado coloca à apreciação deste Parlamento. Contando com este, já passaram pelas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público financiamentos no valor de R\$ 10 bilhões, conseguidos junto aos governos do estado e federal, principalmente no BNDES, no Banco do Brasil e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para dar suporte a ações baseadas em cinco vigas mestras: saúde, educação, segurança, infraestrutura e assistência social.

Entretanto, esses recursos não são a fundo perdido, ou seja, são empréstimos que deverão ser pagos a médio e longo prazo, com o suor do trabalho de cada um dos catarinenses. Porém é preciso ressaltar que feito como esse jamais ocorreu na história político-administrativa do estado catarinense.

Falo com muita tranquilidade até na condição de líder do Partido Progressista, pois tenho a honra de suceder o deputado Silvio Dreveck, que muito bem conduziu a nossa bancada até agora. É com muita tranquilidade, repito, que falo em nome do Partido Progressista, que hoje apoia o governo do estado sem condicionar esse apoio a absolutamente nenhum tipo de cargo. Isso nos dá,

certamente, a liberdade de criticar e de elogiar quando necessário.

Por isso, vejo com muita expectativa esse grande momento que o estado vive. É evidente que esses recursos não vieram em função da cor dos olhos do governador, do vice e de sua equipe. Mas, sim, pelo esforço de gestão implementada pelo governo, que promoveu o enxugamento da máquina, conseguindo com isso dar musculatura e capacidade de endividamento ao estado, o que lhe permitiu tomar emprestados esses R\$ 10 bilhões.

Para terem uma ideia da importância desses recursos, faço um comparativo com o estado do Rio Grande do Sul, que é muito maior do que o estado de Santa Catarina, que tem mais municípios e que, no entanto, conseguiu uma capitalização de somente R\$ 2,5 bilhões, ou seja, 25% do que nosso estado conseguiu junto ao governo federal, numa parceria credenciada, evidentemente, pela presidente Dilma Rousseff.

Sr. presidente, reputo como as áreas mais importantes para receberem investimentos as de logística, mobilidade urbana, acesso aos portos e aeroportos. É isso que dá segurança jurídica para que os investidores possam estabelecer-se em Santa Catarina, que é um estado promissor, pujante e que representa apenas 1,1% do seu território nacional, mas que tem 5,6% das exportações brasileiras e mais de 4,5% do PIB do país.

Ressalte-se, catarinenses, que o governo do estado repassará R\$ 500 milhões aos 295 municípios do estado sem distinção de cor partidária, a fundo perdido, sem a necessidade de contrapartida. Vejo com muita esperança.

Espero que a aplicação desses recursos seja exatamente naquilo que o governo anunciou, pois são obras e ações que permitem o fortalecimento da economia e a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Espero também, sr. presidente, que esses R\$ 10 bilhões se multipliquem em R\$ 50 ou R\$ 100 bilhões, fazendo frutificar a nossa economia e a pujança desta terra de gente ordeira, empreendedora e trabalhadora.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados, o que tínhamos para o dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou decisão sobre o recurso interposto pelo líder do PSD ao Requerimento n. 0006/2013, que solicita a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito e que a mesma está publicada no Diário da Assembleia Legislativa n. 6.599, de 17 de setembro de 2013.

Comunica ainda que o prazo para recorrer da decisão do Plenário expira na próxima reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça.

Feita esta comunicação, esta Presidência registra com muita alegria a presença do defensor-geral, ex-presidente desta Casa, querido amigo deputado Ivan Ranzolin, que nos prestigia, que vem rever os amigos e que vem lembrar-nos que esta Casa também tem o compromisso com a solução de um grande problema que o estado precisa administrar, que é a pendência da Defensoria Dativa e uma estruturação orçamentária mais forte para a nossa Defensoria Pública.

Deputado Jorge Teixeira, fomos o último estado do Brasil a criar a Defensoria Pública, mas é preciso reconhecer, deputado Romildo Titon, que o esforço do deputado Ivan Ranzolin e de todos os membros daquela instituição já a colocou em posição de destaque em nível nacional.

Eu pude testemunhar isso quando representava esta Casa por ocasião da posse de 15 novos defensores públicos. Inclusive, a presidente da entidade nacional, que é do Paraná, dava conta de que no seu estado a Defensoria foi criada há mais de três anos e até hoje não foi implementada. Assim também ocorre no estado de Goiás, que há algum tempo criou a sua Defensoria, mas não a implementou.

A nossa, ao contrário, em tempo recorde, com poucos recursos e com esforço gigante de toda

equipe liderada pelo deputado Ivan Ranzolin está consolidando-se.

Por isso, temos o desafio de resgatar o compromisso com a Defensoria Dativa, que é uma conta que ultrapassa a casa dos R\$ 100 milhões e de ampliar a estrutura da nossa Defensoria Pública e o seu orçamento, para que ela consiga, efetivamente, dar as respostas que a comunidade espera.

Parabéns ao defensor-geral Ivan Ranzolin, que acaba de nos informar que aqueles 15 novos defensores empossados estão sendo deslocados para mais 14 municípios. E foi esta Casa - e o defensor Ivan sempre tem feito este reconhecimento - que emendou o projeto de lei e ajudou a definir o critério de haver uma representação em cada microrregião do estado, de acordo com a configuração feita pela Fecam.

Portanto, vamos ter, a partir de agora, a presença de pelo menos um defensor público em cada microrregião.

Parabéns, defensor-geral Ivan Ranzolin, v.exa tem o respeito e o comprometimento desta Casa neste desafio.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0537/2013, 0568/2013 e 0650/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0045/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0470/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0190/2013, que dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às centrais de regulação no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a quera discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0191/2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios do estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média complexidade.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a quera discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0192/2013, que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência determina a retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2013, deixando-a para a próxima terça feira.

Conforme acordo de líderes, discussão e votação do Projeto de Lei n. 0309/2013, de procedência governamental, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 2 milhões para atender ao programa Pacto por Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com satisfação, após passarmos por toda a tramitação necessária pelas comissões de Justiça, de Finanças e de Serviço Público, e havendo um entendimento amplo com o governador do estado e com o secretário da Casa Civil, chegamos à condição de, neste momento, aprovar esse financiamento na ordem de R\$ 2 milhões, fruto de uma complementação dos recursos que fazem parte do Pacto por Santa Catarina.

Eu gostaria de aproveitar este momento, sr. presidente, para esclarecer à sociedade catarinense que uma parte desses recursos faz parte do primeiro financiamento que aprovamos, de R\$ 3 bilhões, mas naquele momento não tínhamos clareza sobre o pagamento de uma dívida que a Celesc tinha junto ao BNDES, com uma taxa de juros

de 14%. O secretário da Fazenda e o governador entenderam que havia necessidade do pagamento dessa dívida, até porque se pagava mensalmente um valor muito alto de juros. Então, foram R\$ 970 milhões daquele primeiro financiamento de R\$ 3 bilhões.

Além disso, sr. presidente, também criamos por unanimidade nesta Casa o Fundo de Apoio aos Municípios Catarinenses, no valor de R\$ 500 milhões.

Então, esses R\$ 2 bilhões de financiamento do Banco do Brasil servem exatamente para cobrir os recursos retirados do financiamento de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 970 milhões para pagar o BNDES e R\$ 500 milhões para o Fundo de Apoio aos Municípios Catarinenses - Fundam.

O saldo remanescente desses recursos estão disponíveis para aplicação nas mais diversas áreas previstas no projeto. E dentre essas áreas, a bancada do PSDB, através do deputado Marcos Vieira e do deputado Gilmar Knaesel, apresentou uma emenda destinando recursos para a capitalização da Casan.

O governador entendeu como importante essa sugestão desta Casa Legislativa e esses poderão ser os recursos destinados a servir de contrapartida que a Casan vai precisar nos próximos meses.

Então, o projeto em tela recebeu duas emendas, ratificadas pela comissão de Finanças e Tributação e, posteriormente, pela comissão de Constituição e Justiça.

E aqui faço, na condição de líder do governo, um agradecimento aos presidentes e a todos os membros que compõem essas comissões, pela forma madura e consciente como discutiram o projeto, fazendo as sugestões julgadas importantes pelo Parlamento. Também agradeço ao governador o entendimento que no dia de ontem, acatando uma emenda proposta pelos parlamentares da bancada do PSDB.

Era isto o que eu gostaria de esclarecer à sociedade catarinense: que esses recursos estão

vindo exatamente para fazer frente a programas já aprovados por esta Casa.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputado Aldo Schneider, duvido que tenha permanecido qualquer dúvida depois da brilhante síntese feita por v.exa., cumprindo muito bem o seu papel de líder do governo nesta Casa.

Informo que a matéria será votada com a emenda modificativa global contida a fls. 16 e com a subemenda modificativa a fls. 31.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h18, destinada à votação da redação final dessa matéria e a dar sequência à pauta.

Está encerrada a sessão.